

All correspondence referring to announcements and subscription of Government Gazette must be addressed to its Administration office. Literary publications will be advertised free of charge provided two copies are offered.

Toda a correspondência relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se receberem dois exemplares anunciam-se gratuitamente.



SUBSCRIPTION RATES — ASSINATURAS

	YEARLY (Anual)	HALF-YEARLY (Semestral)	QUARTERLY (Trimestral)
All 3 series (As 3 séries)	Rs. 40/-	Rs. 24/-	Rs. 18/-
I Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-
II Series	Rs. 16/-	Rs. 10/-	Rs. 8/-
III Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-

Postage is to be added when delivered by mail —
Acréscio o porte quando remetido pelo correio

GOVERNMENT GAZETTE

BOLETIM OFICIAL

Government Press

Administração da Imprensa Nacional

Notice

The subscribers to the Government Gazette are kindly reminded that their present subscription term ends on the 31st of March 1970, which is the close of the financial year.

In case they wish to continue to be subscribers for the ensuing financial year of 1970-71 they have to renew their subscriptions from 1st April, next.

The subscriptions can also be opened for half-year i.e. from 1st April, 1st July or 1st October or for any quarter beginning on 1st April, 1st July, 1st October or 1st January.

Renewal of subscription should be effected on or before 31st March 1970, in order to avoid interruption in the dispatch of copies of the Gazette. It should be noted that subscribers are entitled to receive copies of the Gazette only from the date the subscription rates have actually been paid.

The subscription charges are accepted either in cash, money order or demand draft on State Bank of India, Panaji, in favour of the Assistant Manager, Government Printing Press, Panaji, Goa, only. Remittances by cheques or any other form of payment will not be accepted.

Aviso

Os assinantes do Boletim Oficial cujos períodos de assinatura expiram em 31 de Março do corrente ano, são avisados a renovarem as suas assinaturas até 31 de Março de 1970, caso desejem continuar como assinantes para o próximo ano económico, a fim de não sofrer interrupção na remessa do Boletim.

As assinaturas poderão também ser abertas por um semestre, i. e. em 1 de Abril, 1 de Julho ou 1 de Outubro ou por qualquer trimestre, em 1 de Abril, 1 de Julho, 1 de Outubro ou 1 de Janeiro.

Deve-se notar que os assinantes terão direito a receber os exemplares do Boletim somente a partir da data em que a taxa de assinatura tenha sido efectivamente paga.

O pagamento da taxa da assinatura poderá ser em dinheiro, vale postal ou ordem de pagamento sobre o State Bank of India, em Panaji, a favor do Assistant Manager, Government Printing Press, Panaji, Goa. Não serão aceites cheques ou qualquer outro modo de pagamento.

(Tradução)

GOVERNMENT OF INDIA

Ministry of Petroleum, Chemicals, Mines and Metals

(Department of Mines and Metals)

Office of the Controller of Mining Leases

Order

1010(Z-67,68,291,496)/70-CML

(Under the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 and the Rules made thereunder).

This is a case for modification of the terms and conditions of the undermentioned mining leases of Oxide of Iron and Manganese held by Shri Marcos Marcelino Paulo de Souza, Tonca, Caranzalem, Goa, so as to bring these leases into conformity with the provisions of the Mines and Minerals (Regu-

GOVERNO DA INDIA

Ministério de Petróleo, Produtos Químicos, Minas e Metais

(Departamento de Minas e Metais)

Repartição do Controlador dos Arrendamentos de Minas

Portaria

1010(Z-67,68,291,496)/70-CML

Ao abrigo dos "Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957" e das normas formuladas ao abrigo do mesmo.

Este é um caso para modificação das condições do contrato do arrendamento das minas de óxido de ferro e manganês em posse do Sr. Marcos Marcelino Paulo de Sousa, de Tonca, Caranzalém, para que os mesmos arrendamentos estejam de conformidade com as disposições do «Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 (daqui

lation and Development) Act, 1957 (hereinafter called the 1957 Act), and the Rules made thereunder.

em diante chamado o Act de 1957) e das normas formuladas ao abrigo do mesmo.

Case no(s) Caso n.º(s)	Number and date of titles(s) Número e data do título/títulos	Mineral(s) Mineral/Minerais	Name of the mine(s) Nome da Mina/Minas	Area in hectares Área em hectares
Z-67	28 of 12-6-1950	Oxide of Iron and Manganese	Candola	89.7000
Z-68	29 of 12-6-1950	>	Tiurem	96.5089
Z-291	38 of 15-5-1953	>	Mopa	65.3687
Z-496	7 of 21-3-1956	>	Usgao	97.9181

Notices were served on the lessee, in accordance with the aforesaid Rules, in which the proposed modifications were conveyed to him.

After carefully reviewing and examining all the documents produced by the lessee and the arguments advanced by him, it is hereby ordered that the leases in question, shall stand modified as follows:

- 1. The period of the leases shall be twenty years commencing from the 15th January, 1965, in all the cases.
- 2. The dead rent shall be payable as specified in the Schedule below:

Period of the mining lease	Rate of the dead rent per hectare
1. 1st year	Nil
2. 2nd year to 5th year	Rs. 12-50
3. 6th year to 10th year	Rs. 25-00
4. 11th year onwards	Rs. 37-50

(a) Those leases which are in operation for less than one year as on 1-4-68 enjoy the benefit «nil» dead rent for the balance period to make up one year in all and thereafter are charged at the rate of Rs. 12-50 per hectare for four more years, after which they shall be liable to pay at the rate of Rs. 25-00 per hectare for next five years and rate of Rs. 37-50 per hectare thereafter, and

(b) Those leases which are in operation for more than one year as on 1-4-68 should have the benefit of dead rent at the rate of Rs. 12-50 per hectare for four more years after which they may be called upon to pay at the rate of Rs. 25-00 per hectare for next 5 years and at the rate of Rs. 37-50 per hectare thereafter.

3. The royalty shall be payable in respect of any mineral removed by the lessee from the leased area after 15-1-66 at the rate for the time being specified in the Second Schedule of the 1957 Act, in respect of that mineral.

4. It is further clarified that the royalty shall be paid in accordance with Section 9 of the 1957 Act, instead of according to the stipulations in the lease deed. The royalty, the dead rent, surface rent etc, for the period prior to 15-1-66 shall be paid as may be determined or ordered by the Government.

5. The lessee shall also pay, for the surface area used by him for the purpose of mining operations, surface rent and water rate at such rate, not exceeding the land revenue, water and cesses assessable on the land, as may be specified by the State Government.

6. The total area, covered by all the above mentioned leases, is within the limit specified in the 1957 Act and hence requires no modification.

7. The following clause shall be deemed to be inserted in the aforesaid lease deed and shall form part thereof:

“except for the modifications made by this order, the lease shall be subject to the rules made or deemed to have been made under Section 13 and 18, of the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 and orders and Notifications published by the Government of India, from time to time”.

Foi avisado o arrendatário de acordo com as normas acima mencionadas em que se mencionavam as modificações propostas.

Após examinar cuidadosamente os documentos e razões apresentadas pelo arrendatário, determina-se que os referidos arrendamentos em questão, deverão ser modificados como a seguir se indica: —

- 1. O período do arrendamento deverá ser de vinte anos, a partir de 15 de Janeiro de 1965, em todos os casos.
- 2. A renda deverá ser paga conforme se indica no quadro a seguir: —

Período do arrendamento da mina	Renda por hectare
1. 1.º ano	Nil
2. 2.º ano até 5.º ano	Rps. 12-50
3. 6.º ano até 10.º ano	Rps. 25-00
4. 11.º ano para diante	Rps. 37-50

(a) Os arrendamentos em execução que tenham menos de um ano, em 1 de Abril de 1968, gozarão do privilégio de ficarem isentos da renda durante o restante período até completar um ano e após este, ficarão sujeitos à renda de Rps. 12-50 por hectare, por mais quatro anos, depois do qual ficarão sujeitos ao pagamento da renda de Rps. 25-00 por hectares, durante os próximos cinco anos, e à razão de Rps. 37-50 após este e

(b) Os arrendamentos em execução que tenham mais de um ano, em 1 de Abril de 1968, gozarão do privilégio de pagar renda à razão de Rps. 12-50 por hectare, por mais quatro anos, depois do qual pagarão renda a razão de Rps. 25-00 por hectare, pelos próximos cinco anos e à razão de Rps. 37-50 por hectare após este.

3. Os direitos do privilégio serão pagos em relação a cada minério extraído da área arrendada, após 15 de Janeiro de 1966, segundo a percentagem presentemente indicada no quadro segundo do Act de 1957, em relação a este minério.

4. Esclarece-se mais que os direitos do privilégio serão pagos de acordo com o artigo 9.º do Act de 1957, em vez de o ser de acordo com o estipulado no contrato do arrendamento. Os direitos do privilégio, renda, renda pela superfície utilizada, etc., relativa ao período anterior a 15 de Janeiro de 1966, deverão ser pagos conforme for determinado pelo Governo.

5. O arrendatário também pagará pela superfície utilizada pelo mesmo, para os efeitos da exploração mineira, a renda de superfície e a taxa de água segundo a percentagem, não excedente à contribuição predial e outros impostos pagáveis pelo terreno, que vier a ser indicada pelo Governo Estadual.

6. A área total ocupada por todos os arrendamentos acima mencionados, fica abrangida dentro do limite indicado no Act de 1957 e por isso não carece de modificação.

7. A seguinte cláusula deverá ser acrescentada no contrato do arrendamento e deverá considerar-se como sendo parte do mesmo:

«Com excepção das modificações feitas por esta portaria, o arrendamento fica sujeito às normas formuladas ou que se considerem formuladas ao abrigo dos artigos 13.º e 18.º do «Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957» e das portarias e despachos publicados pelo Governo da India, periodicamente».

This Order shall be published in the Official Gazette of the Government of Goa, Daman and Diu and copies thereof sent to the lessee and to the State Government. Copy of this Order shall be placed in all the respective case-files.

The reasons for this Order have been embodied in the case-files and a copy each shall be forwarded to the lessee and the State Government.

G. V. D. Upadhyaya, Controller of Mining Leases.

Panaji, 28th February, 1970.

GOVERNMENT OF GOA, DAMAN AND DIU

General Administration Department

Memorandum

1-10-70-GAD

There are some vacancies of the post of Mamlatdar to be filled up by promotion from among the persons holding at present the posts of the categories shown below, with five years of service in the respective grades, rendered to this Administration after appointment thereto on regular basis, as provided in the respective recruitment rules. The service rendered to other Governments will not be reckoned for this purpose. The post of Mamlatdar carries the scale of pay of Rs. 300-15-450-EB-20-530.

1. Head Clerks
2. Inspectors (Revenue)
3. Aval Karkuns
4. Extension Officers (except of Rural Engineering and Animal Husbandry) in the Community Development Blocks.

Eligible persons are, therefore, requested to send their applications in writing to the Under Secretary, General Administration Department, Secretariat, Panaji, if they desire to be considered for the post.

For testing the suitability of the candidates, a paper, containing questions about departmental proceedings, financial rules and revenue laws in force will be prescribed and the candidates will have to answer this paper. They will also have to appear for interview before a Class II D.P.C.

Applications stating name, age, educational qualifications, experience (the details of various posts held, with dates, may also be furnished here), present post held, and the Department in which working at present should reach the undersigned before 31st March, 1970. The above particulars may be given in a separate statement to be attached to the application.

All Heads of Departments/Offices may bring the contents of this circular to the notice of all the eligible persons.

D. V. Sawant, Under Secretary (Appointments).

Panaji, 16th March, 1970.

Revenue Department

Notification

RD/TNC/BND/280/67-70/XXX

In pursuance of the proviso to sub-section (3) of section 26 of the Goa, Daman and Diu Agricultural Tenancy Act, 1964, the Government hereby specify the following bunds described

A presente portaria deverá ser publicada no *Boletim Oficial*, do Governo de Goa, Damão e Diu e cópias da mesma deverão ser enviadas aos arrendatários e ao Governo Estadual. Uma cópia desta portaria deverá ser colocada no respectivo processo de cada caso.

As razões para esta portaria acham-se indicadas nos respectivos processos e cópia da mesma, deverão ser enviadas ao arrendatário e o Governo Estadual.

G. V. D. Upadhyaya, Controlador dos Arrendamentos de Minas.

Panaji, 28 de Fevereiro de 1970.

GOVERNO DE GOA, DAMÃO E DIU

Departamento de Administração Geral

Memorando

1-10-70-GAD

Existem algumas vagas de Mamlatdares a serem preenchidas por promoção entre os indivíduos que exercem os lugares abaixo mencionados e tenham cinco anos de serviço no respectivo lugar, prestado à esta Administração, após a nomeação regular, conforme dispõe as normas do recrutamento. O serviço prestado a outros Governos, não será tomado em conta para este efeito. O lugar de Mamlatdar tem a escala de vencimento de Rps. 300-15-450-EB-20-530.

1. Head Clerks
2. Inspectores (Rendimentos)
3. Aval Karkuns
4. Extension Officers (exceptuando os da Engenharia Rural e Serviço Pecuários) dos Community Development Blocks.

Os candidatos habilitados deverão submeter os seus requerimentos, ao Subsecretário do Departamento de Administração-Geral, Secretaria-Geral, Panaji, caso desejem concorrer para o lugar.

Para apurar a aptidão, os candidatos terão de responder uma prova escrita contendo perguntas sobre assuntos departamentais, normas financeiras e leis fiscais em vigor. Os mesmos terão também de comparecer a uma entrevista perante um D.P.C., de 2.ª classe.

Os requerimentos deverão indicar o nome, idade, habilitações literárias, experiência (os pormenores de vários lugares exercidos com datas) lugar que actualmente exerce, o Departamento onde trabalha e serem submetidos ao signatário antes de 31 de Março de 1970. Os pormenores acima referidos, deverão ser dados em separados e juntos ao requerimento.

Solicita-se dos Chefes dos Departamentos/Repartições, para darem conhecimento desta circular a todos os candidatos habilitados.

D. V. Sawant, Subsecretário (Nomeações).

Panaji, 16 de Março de 1970.

Departamento de Rendimentos

Despacho

RD/TNC/BND/280/67-70/XXX

De harmonia com a alínea (3) do artigo 26.º do «Goa, Daman and Diu Agricultural Tenancy Act, 1964», o Governo determina que os valados descritos no quadro anexo, sejam

in the schedule appended hereto as protective bunds for the purpose of the said proviso.

SCHEDULE

Name of the Bund	Village	Taluka	Description
1. a) Sorel b) Varon c) Cavcon d) Dubenem e) Cantorla Gonsalves f) Ittachem Cantorla g) Cantorla Nunes h) Lovel	Chorao	Goa	The bund starting with the paddy field «Sorel» belonging to Comunidade of Chorao at Madel, running marginal to the river Mandovi ending with the paddy field «Lovel», belonging to Comunidade of Chorao, at Lovel Jetty.
2. Sarel and Tovo Cantor	Chorao	Goa	The bund starting with the paddy field «Sarel», belonging to the Comunidade of Chorao, running marginal to the river Mandovi and ending with the paddy field «Tivo Cantor», belonging to Shri Sales de Andrade situated at Chorao.
3. Code Cantor	Camurlim	Bardez	The bund starting with the paddy field «Manxechem Udo», belonging to Comunidade of Camurlim, running marginal to the river Chapora and ending with the paddy field «Bampat», belonging to the Comunidade of Camurlim of Bardez Taluka.
4. a) Naye Cantor b) Cantor c) Cosvone d) Amiem Cantor e) Amiem f) Cosvone Casan g) Baile Pad h) Cosvone Casan i) Baili Batty	Agapur	Ponda	The bund starting with the paddy field «Naye Cantor», belonging to Sitaram Dessai and others, running marginal to the river Zuari and ending with the paddy field «Narcinva Prasad», belonging to Shri Baba Keny and others at Agapur of Ponda Taluka.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

V. Sardessai, Under Secretary (Revenue).

Panaji, 16th March, 1970.

Office of the Collector of Goa
and D. C. A.

Order

The following persons are appointed to constitute the Committee to frame the draft of the Bye-laws and the list of Mahajans of the Devasthan of «Shri Deus Dattatrya» of Mapusa. The Committee is required to submit the report within six months to the Government following the procedure as required under Sections 8 and 9 of Legislative Diploma No. 1898, dated 29-5-1959 and also is entrusted with the management of the Temple pending approval of the Bye-laws:

Members effectives

- President: Nilkant Jaganath Kaulekar.
Treasurer: Shankerlal Ramchandra Shirsat.
Attorney: Jaghanath (Jagdev) Narasiva Natekar.
Secretary: Shiva Dattarama Gaundolkar.

considerados como valados protectores para os fins da citada alinea.

QUADRO

Nome do valado	Aldeia	Concelho	Descrição
1. a) Sorel b) Varon c) Cavcon d) Dubenem e) Cantorla Gonsalves f) Ittachem Cantorla g) Cantorla Nunes h) Lovel	Chorão	Goa	Valado que começando na várzea «Sorel» pertencente à comunidade de Chorão, em Madel, corre ao longo da margem do rio Mandovi e termina no valado «Lovel» pertencente à comunidade de Chorão, em cais de Lovel.
2. Sarel e Tovo Cantor	Chorão	Goa	Valado que começando na várzea «Sarel» pertencente à comunidade de Chorão, corre ao longo da margem do rio Mandovi e termina na várzea «Tivo Cantor», pertencente ao Sr. Sales de Andrade, sito em Chorão.
3. Code Cantor	Camurlim	Bardez	Valado que começando na várzea «Manxechem Udo», pertencente à comunidade de Camurlim, corre ao longo da margem do rio Chapora e termina na várzea «Bampat» pertencente à comunidade de Camurlim do concelho de Bardez.
4. a) Naye Cantor b) Cantor c) Cosvone d) Amiem Cantor e) Amiem f) Cosvone Casan g) Baile Pad h) Cosvone Casan i) Baili Batty	Agapur	Pondá	Valado que começando na várzea «Naye Cantor», pertencente a Sitaram Dessai e outros, corre ao longo da margem do rio Zuari e termina na várzea «Narcinva Prasad», pertencente ao Sr. Baba Keny e outros, em Agapur do concelho de Pondá.

Por ordem e em nome do Administrador da Goa, Damião e Dió.

V. Sardessai, Subsecretário (Rendimentos).

Panagi, 16 de Março de 1970.

Repartição do Collector de Goa
e Direcção dos Serviços de Administração Civil

Portaria

Os seguintes indivíduos são nomeados para constituir a comissão encarregada de elaborar o projecto dos compromissos e catálogo dos mazanes da Devalaia de «Shri Deus Dattatraya» de Mapuçá. A comissão deverá submeter o seu relatório ao Governo, dentro do prazo de seis meses, nos termos dos artigos 8.º e 9.º do Diploma Legislativo n.º 1898, de 29 de Maio de 1959, ficando também encarregada da administração da Devalaia, até a aprovação dos compromissos.

Membros efectivos

- Presidente: Nilkant Jaganath Kaulekar.
Tesoureiro: Shankerlal Ramchandra Shirsat.
Procurador: Jaghanath (Jagdev) Narasiva Natekar.
Secretário: Shiva Dattarama Gaundolkar.

Members substitutes

President: Anand Ramachandra Shirsat.
 Treasurer: Dinker Nilkhant Kaulekar.
 Attorney: Prabhaker Naguesh Gaundolker.
 Secretary: Shripad Bairao Natekar.

D. N. Barua, Collector and D. C. A.
 Panaji, 21st February, 1970.

Order

The following persons are appointed, under the proposal of the Administrator of Bardez Comunidades, members of the Managing Committee of the Comunidades for the current triennium, 1968-71:

Comunidade of Camorlim

President substitute: Joaquim Xavier Leslie Lobo.
 Cashier: Vamona Venctexa Naique.
 Substitute: Jose Maria Togo Santa Rita Lobo.
 Attorney: Etu Gonba Naique Gaocar.
 Substitute: Romualdo Pascoal Fortunato Santa Maria.

Comunidade of Colvale

Attorney: Marcelino de Souza.

Shri Joao Batista de Niassa Santa Maria e Shri Rogunata Sacrogi Naique Gaunkar, cashier and attorney, respectively, of the Comunidade of Camorlim are relieved at their requests.

Shri Mariano Crispino Lobo, attorney of the Comunidade of Colvale is relieved.

D. N. Barua, Collector and D. C. A.
 Panaji, 7th March, 1970.

Order

The following persons are appointed under the proposal of the Administration of Salcete Comunidades, members of the managing committee of the Comunidade of Margao, for the current triennium 1968-71:

President: Felix Manoel Gomes Pinto.
 Cashier: Caetano Brancam Coração de Jesus Almeida.
 Substitute: Joaquim Francisco Lazaro Andrade.
 Attorney: Josinho Primo Fernandes.
 Substitute: Jose Francisco Dias.

D. N. Barua, Collector and D. C. A.
 Panaji, 16th March, 1970.

Agriculture Department

Notification

20-3/AH-AGR/68

Whereas by Government Notification No. 20-3/AH-AGR/68, dated 26th February 1970 published on page 501 of Series II, No. 48 of the Government Gazette dated 26th February 1970 it was notified under section 4 of the Land Acquisition Act, 1894 (hereinafter referred to as the «said Act») that the land, specified in the schedule appended to the said Notification (hereinafter referred to as the «said land») was needed for a public purpose viz. for the construction of Meat Rendering Project;

And whereas the appropriate Government (hereinafter referred to as «Government») is satisfied that the said land specified in the schedule hereto is needed to be acquired for the public purpose specified above;

Membros substitutos

Presidente: Anand Ramachandra Shirsat.
 Tesoureiro: Dinker Nilkhant Kaulekar.
 Procurador: Prabhaker Naguesh Gaundolker.
 Secretário: Shripad Bairao Natekar.

D. N. Barua, Collector e D. A. C.
 Panaji, 21 de Fevereiro de 1970.

Portaria

Os seguintes individuos são nomeados, sob proposta do Administrador das Comunidades de Bardês, membros das comissões, administrativas das comunidades abaixo mencionadas, para o corrente triênio de 1968-71:

Comunidade de Camorlim

Presidente substituto: Joaquim Xavier Leslie Lobo.
 Tesoureiro: Vamona Venctexa Naique.
 Substituto: José Maria Togo Santa Rita Lobo.
 Procurador: Etu Gonbá Naique Gãocar.
 Substituto: Romualdo Pascoal Fortunato Santa Maria.

Comunidade de Colvale

Procurador: Marcelino de Souza.

O Sr. João Batista de Niassa Santa Maria e Sr. Rogunata Sacrogi Naique Gaunkar, tesoureiro e procurador, respectivamente, da comunidade de Camorlim, são exonerados a seu pedido.

O Sr. Mariano Crispino Lobo, procurador da comunidade de Colvale, é exonerado a seu pedido.

D. N. Barua, Collector e D. A. C.
 Panaji, 7 de Março de 1970.

Portaria

Os seguintes individuos são nomeados, sob proposta do Administrador das Comunidades de Salcete, membros da comissão administrativa da comunidade de Margão, para o corrente triênio de 1968-71:

Presidente: Félix Manoel Gomes Pinto.
 Tesoureiro: Caetano Brancam Coração de Jesus Almeida.
 Substituto: Joaquim Francisco Lázaro Andrade.
 Procurador: Josinho Primo Fernandes.
 Substituto: José Francisco Dias.

D. N. Barua, Collector e D. A. C.
 Panaji, 16 de Março de 1970.

Departamento de Agricultura

Despacho

20-3/AH-AGR/68

Atendendo a que por despacho n.º 20-3/AH-AGR/68, de 26 de Fevereiro de 1970, publicado à pgs. 501 do *Boletim Oficial*, n.º 48, 2.ª série, de 26 de Fevereiro de 1970, fora tornado público, ao abrigo do artigo 4.º do «Land Acquisition Act, 1894» (referido daqui em diante como «citado Act») que o terreno descrito no quadro anexo (referido daqui em diante como «aludido terreno») era necessário para os fins da construção da planta de fabrico de carne.

Tendo em consideração que o Governo interessado (referido daqui em diante como «Governo») acha que o terreno descrito no quadro anexo é necessário para os fins públicos acima referidos.

And whereas the acquisition of the said land is urgently necessary.

Now, therefore, the Government is pleased to declare under the provisions of section 6 of the said Act that the said land is required for the public purpose specified above.

The Government is also pleased to direct under sub-section (1) of section 17 of the said Act, that the Collector appointed under paragraph 2 below shall at any time on expiration of fifteen days from the public publication of the notice relating to the said land under sub-section (1) section 9 of the said Act take possession of all waste or arable land.

2. The Government is also pleased to appoint under clause (c) of section 3 of the said Act, the Land Acquisition Officer, Panaji to perform the functions of a Collector for all proceedings hereinafter to be taken in respect of the said land, and to direct him under section 7 of the said Act to take order for the acquisition of the said land.

3. A plan of the said land can be inspected at the office of the said Land Acquisition Officer, Collectorate, of Goa, Panaji at any time during the office hours till the award is made.

Considerando que a aquisição do aludido terreno é de urgente necessidade.

O Governo declara, ao abrigo do disposto no artigo 3.º do citado Act, que o aludido terreno é necessário para os fins públicos acima referidos.

O Governo determina, ao abrigo da alínea (1) do artigo 17.º do citado Act que o Collector nomeado no § 2.º a seguir, tome posse de todo o terreno inculto ou cultivável em qualquer altura após ter expirado o prazo de 15 dias, contado da publicação do aviso relativo ao aludido terreno, ao abrigo da alínea (1) do artigo 9.º do citado Act.

2. O Governo nomeia, ao abrigo da alínea (c) de artigo 3.º do citado Act, o «Land Acquisition Officer», Panaji, para exercer as funções de Collector, em todos os actos relacionados com o aludido terreno e determina, ao abrigo do artigo 7.º do citado Act, que o mesmo tome as necessárias medidas para a aquisição do mesmo terreno.

3. O plano do aludido terreno poderá ser consultado na Repartição do referido «Land Acquisition Officer» no Collec-torado de Goa, Panaji, durante às horas regulamentares de serviço, até ser tomada a decisão.

SCHEDULE — QUADRO
(Description of the said land — Descrição do aludido terreno)

Taluka	Village	Plot No.	Survey No.	Name of the person believed to be interested	Approximate area in sq. mts.
Concelho	Aldeia	Terreno n.º	Cadastro n.º	Nome da pessoa que se presume ser interessada	Área aproximada em m²
1	2	3	4	5	6
Ponda	Usgao	1	441 (part)	Usgao Comunidade	136010
		2	441 (part)	Usgao Comunidade	113990
		Total			

By order and in the name of the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu.

T. Kipgen, Development Commissioner.
Panaji, 18th March, 1970.

Por ordem e em nome do Governador-tenente de Goa, Damão e Dio.

T. Kipgen, Comissário de Fomento.
Panaji, 18 de Março de 1970.

Food and Civil Supplies Department

Order

FCS/PWD/513/VA/70

Shri Victor Albuquerque, a candidate recommended by Union Public Service Commission, is temporarily appointed on probation to the post of Assistant Engineer (Civil) in P.W.D. and posted in Works Division VII, Daman, with immediate effect on an initial pay to be fixed according to rules in scale of Rs. 350-25-500-30-590-EB-30-800-EB-30-830-35-900 plus all other admissible allowances. The period of probation will be for two years.

His pay will be fixed according to rules as recommended by Union Public Service Commission vide their letter No. F.1/1034(64)/69-RB, dated 13-1-1970.

The appointment is further subject to the terms and conditions laid down in the Memo of even number dated 22-1-1970.

The appointment is against the post created by Government order No. PDD/PWD/267/65 dated 14-9-1967.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

V. H. Sakhalakar, Under Secretary (Planning).
Panaji, 13th March, 1970.

Departamento de Alimentação e Abastecimento Civil

Portaria

FCS/PWD/513/VA/70

O Sr. Victor Albuquerque, candidato recomendado pela Comissão de Serviço Público da União, é nomeado, temporariamente, por período probatório, engenheiro assistente (Civil) dos Serviços das Obras Públicas e colocado na Secção de Obras VII, em Damão, com efeito imediato, com o vencimento inicial a ser fixado de acordo com as normas, na escala de Rps. 350-25-500-30-590-EB-30-800-EB-30-830-35-900, acrescida dos subsídios admissíveis. O período probatório será de dois anos.

O seu vencimento será fixado de acordo com as normas segundo a recomendação da Comissão de Serviço Público da União, feita na sua nota n.º F.1/1034(64)/69-RB, de 13 de Janeiro de 1970.

A nomeação está sujeita às condições constantes do memorando de 22 de Janeiro de 1970.

A nomeação é para o lugar criado pela portaria n.º PDD/PWD/267/65, de 14 de Setembro de 1967.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Dio.

V. H. Sakhalakar, Subsecretário (Planificação).
Panaji, 13 de Março de 1970.

Development Department 'A'

Office of the Registrar Cooperative Societies

Notification

RES-(C)-48/Goa/RMC/69

- Read: 1. This office Notice No. RES-(C)-48/Goa/RMC/69 dated 15th December, 1969 issued to 1) Shri Keshav Rajaram Tendulkar, Chairman 2) Shri Augustin Almeida 3) Shri Ganapat Anant Pauskar 4) Shri Minguel Luis Fernandez 5) Shri Ghas Savale Velipi 6) Shri Guno Babuso Gaonkar 7) Shri Custuda Costa all Managing Committee members of Shri Sateri Vividh Karyakari Sahakari Seva Society Ltd., Dabol-Sanguem under the provisions of Section 78(1) of the Maharashtra Cooperative Societies Act 1960 as applied to the Union Territory of Goa, Daman and Diu, read with Rule 61(2) of the Cooperative Societies Rules requiring them to show cause as to why the Managing Committee of the said society should not be superceded for the reasons stated therein.
2. Letter No. CDB/Coop/AGM-Dabol/460/69/3695 dated 21-11-69 from the B.D.O. Sanguem.
3. Written reply dated 27-1-70 received from Shri Keshav Rajaram Tendulkar, the Chairman of the aforesaid society stating that whatever decision that would be taken by the Registrar Coop. Societies, Panaji is acceptable to the Managing Committee. Further, Shri Tendulkar has stated that the said society has already moved the Mamlatdar, Sanguem for withdrawal of the said Society's Fair Price Shop licence from 1-2-1970.
4. The above referred registered notice of this office dated 15-12-1969 sent to Shri G. S. Velipi Dabol (Sanguem) has been returned unserved by the Postal authorities on the ground that his present address is not known. The rest of 5 Managing Committee members of the aforesaid society have not so far submitted their say in the matter.

Shri Sateri Vividh Karyakari Sahakari Seva Society Ltd., Dabol was registered on 18-7-1963 under Registration No. RES-(C)-48-Goa and the working of the said society was more or less normal till June, 1969 and the brief history of the abnormal situation that has arisen in the working of the society is as under.

Shri K. R. Tendulkar, the Chairman of the aforesaid society had tendered his resignation of Chairmanship to the Managing Committee of the society and the same was accepted vide Resolution No. 3 of the Managing Committee meeting held on 8-7-69, but as no member from the managing Committee was willing to work as Chairman, all the Managing Committee members tendered their resignation and resolved that this fact be brought to the notice of the Registrar Cooperative Societies, Panaji and till the time the Registrar's decision in the matter is received, Shri Tendulkar should continue to work as Chairman and look after the normal working of the society. The Chairman of the said society vide this office letter No. RSR-II/Seva/V/69 dated 16-7-69 was advised to convene the special General body meeting of the society immediately to consider the resignation the the Managing Committee members and till the decision is taken by the General body, he should continue as Chairman of the society. Accordingly the Chairman convened the Special General Body meeting of the society on 5-8-69 but since the place of the said meeting was changed at the 11th hour, the members in general could not attend the said meeting. In these circumstances, the Chairman on the advice of this office convened the Annual General Body meeting of the society at 2 P.M. on 29-10-69. However, inspite of clear notice of the general body meeting and due publication of the same, only 7 members attended the said meeting and the meeting had to be abandoned without transacting any business. Besides this the existing managing committee of the society has also expressed its unwillingness to continue on the committee of management any further.

In view of the foregoing facts a notice under section 78(1) of the Maharashtra Cooperative Societies Act 1960 as applied

Departamento de Fomento 'A'

Repertição do Registador de Sociedades Cooperativas

Despacho

RES-(C)-48/Goa/RMC/69

- Ref: 1. Aviso desta Repartição n.º RES-(C)-48/Goa/RMC/69, de 15 de Dezembro de 1969, expedido ao 1) Sr. Keshav Rajaram Tendulkar, presidente 2) Sr. Augustin Almeida 3) Sr. Ganapat Anant Pauskar 4) Sr. Minguel Luis Fernandez 5) Sr. Ghas Savale Velipi 6) Sr. Guno Babuso Gaonkar 7) Sr. Custuda Costa, todos membros da comissão administrativa da «Shri Sateri Vividh Karyakari Sahakari Seva Society Ltd.», de Dabol, Sanguem, ao abrigo do disposto no artigo 78(1) do «Maharashtra Cooperative Societies Act, 1960», conforme foi tornado extensivo ao território da União de Goa, Damão e Diu, conjugado com norma 61(2) dos «Cooperative Societies Rules» pedindo aos mesmos, para apresentar razões justificativas porque a comissão administrativa da mesma Sociedade, não deveria ser dissolvida.
2. Nota n.º CDB/Coop/AGM-Dabol/460/69/3695, de 21 de Novembro de 1969, do B.D.O., Sanguem.
3. Resposta escrita de 27 de Janeiro de 1970 do Sr. Keshav Rajaram Tendulkar, presidente da referida sociedade, dizendo que qualquer decisão tomada pelo Registador de Sociedades Cooperativas, de Panaji, seria aceitável pela comissão administrativa. O Sr. Tendulkar, também diz que a mesma Sociedade, já requereu ao Mamlatdar de Sanguem, para cancelar a licença da loja de preços módicos da mesma Sociedade, a partir de 1 de Fevereiro de 1970.
4. O aviso registado, acima citado desta sociedade, datado de 15 de Dezembro de 1969, enviado ao Sr. G. S. Velipi, Dabol (Sanguem) foi devolvido pelos correios, alegando que se desconhecía o actual endereço do destinatário. Os restantes cinco membros da comissão, não submeteram ainda a sua resposta sobre o assunto.

A «Shri Sateri Vividh Karyakari Sahakari Seva Society Ltd.», de Dabol, foi registada em 18-7-1963, sob o n.º de ordem RES-(c)-48-Goa e o funcionamento da mesma, foi mais ou menos normal até Junho de 1969, e o resumo da história da anormalidade do funcionamento da mesma sociedade, é como a seguir se descreve.

O Sr. K. R. Tendulkar, presidente da referida Sociedade, pediu a sua exoneração da comissão administrativa da sociedade e o mesmo pedido foi aceite por resolução n.º 3, tomada na reunião da comissão realizada em 8-7-69, mas, como nenhum membro da comissão estava disposto a exercer as funções de presidente, todos os membros pediram a sua exoneração e resolveram que esse facto, deveria ser levado ao conhecimento do Registador de Sociedades Cooperativas, em Panaji e, até que fosse comunicada a decisão do Registador sobre o assunto, o Sr. Tendulkar, continuaria a exercer as funções de presidente e olhar pelo funcionamento normal da Sociedade. O presidente da mesma sociedade, vide nota n.º RSR-II/Seva/v/69, de 16-7-69, foi aconselhado a convocar uma reunião geral da assembleia-geral, da mesma sociedade, imediatamente, para dar o seu parecer sobre o pedido da exoneração dos membros da comissão administrativa e de que deveria continuar como presidente da sociedade até que fosse tomada a decisão pela assembleia-geral. Consoantemente, o presidente convocou uma reunião especial da assembleia geral da mesma sociedade em 5-8-69, mas, como o local da reunião foi mudado à última hora, os membros em geral não puderam assistir a mesma reunião. Nestas circunstâncias, o presidente, a conselho desta Repartição, convocou a reunião anual da assembleia-geral às 14 horas de 29-10-69. Porém, não obstante o aviso claro da reunião da assembleia-geral e publicação do mesmo, somente 7 membros assistiram à mesma reunião e a reunião terminou sem nada ficar resolvido. Além disso os membros da comissão administrativa da sociedade também manifestaram a sua relutância em querer continuar a exercer essas funções por mais tempo.

Em vista dos factos acima expostos foi expedido, ao abrigo do artigo 78(1) do «Maharashtra Cooperative Societies Act,

to the Union Territory of Goa, Daman and Diu, read with Rule 61(2) of Cooperative Societies Rules, 1962 was issued to all the members of the Managing Committee of the society requiring them to show cause as to why the Managing Committee of the society be not removed. The Chairman of the society has only sent his reply stating that he has got no objection, if the committee of Management is removed. The remaining 5 members who have received the aforesaid notice have not sent any reply in the stipulated time limit and so far.

In view of all the aforesaid facts and circumstances, I am of the opinion that no useful purpose will be served by continuing the present managing committee and therefore in order to ensure normal working of the society and to safeguard the interest of all its members I hereby remove the managing Committee and pass the following order.

Order

In exercise of the powers vested in me under Section 78(1) of the Maharashtra Societies Act, 1960 as applied to the Union Territory of Goa, Daman and Diu read with sub-clause (b) of the Sub-Rule (1) of Rule 62 of Cooperative Societies Rules, 1962. I, Shri P. G. Kurse, the Registrar of Coop. societies, Goa, Daman and Diu, Panaji hereby remove the Managing Committee of the Shri Sateri Vividh Karyakari Sahakari Seva Society Ltd., Dabal consisting of seven members as indicated below with effect from the date of issue of this order.

- 1) Shri Keshav Rajaram Tendulkar, Chairman.
- 2) Shri Augustin Almeida, managing committee member.
- 3) Shri Ganapat Anant Pouskar. — do —
- 4) Shri Minguel Luis Fernandez — do —
- 5) Shri Ghas Savale Velipi — do —
- 6) Shri Guno Babuso Gaonkar — do —
- 7) Shri Custuda Costa — do —

Under the provisions of section 78(1)(b) of the aforesaid Act, in place of the above Managing Committee, I hereby appoint Shri R. R. Kulkarni, Extension Officer (Cooperation-cum-village Panchayat) Sanguem as Administrator of the aforesaid society for a period of one year in the first instance.

P. G. Kurse, Registrar of Coop. Societies, Goa, Daman and Diu.

Panaji, 13th February, 1970.

Industries and Power Department

Order

DIM/243/1970

Whereas Shri Gulabsing Gokuldas, from Goa, has communicated his intention to relinquish his concession held rights of the mine «Nos terrenos de Comunidade e particulares», situated at Cottombi and Surla of Bicholim Taluka, under title of concession No. 61, dated 17-10-1958.

And whereas the said Shri Gulabsing Gokuldas has fulfilled all the formalities required by Article 116 of Decree dated 20-9-1906.

Now, therefore, in exercise of the powers conferred by clause 2 of the Goa, Daman and Diu (Administration) Removal of Difficulties Order, 1962 and all other powers enabling him in that behalf the Administrator of Union Territory of Goa, Daman and Diu hereby permits the said Shri Gulabsing Gokuldas to relinquish the said rights towards the above mining concession and further declares that all his rights title and interest in the said mining area stand reverted to the Government free from all encumbrances created by the party.

And further directs that the said mining concession is declared as «Free Area» for its regnant in terms of Mines and Minerals (Regulation and Development) Act 1957, and Mineral Concession Rules 1960 after 30 days of the publication of the present Notification in the Government Gazette.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

V. R. Vaze, Under Secretary, Industries and Labour Department.

Panaji, 7th March, 1970.

1960» conforme foi tornado extensivo ao território da União de Goa, Damão e Diu, conjugado com a norma 61(2) dos «Cooperative Societies Rules, 1962» um aviso a todos os membros da comissão administrativa da referida sociedade, para apresentarem razões justificativas porque a Comissão administrativa não deveria ser dissolvida. Somente o presidente respondeu dizendo que ele não tinha nenhuma objecção a que a comissão fosse dissolvida. Os restantes 5 membros que receberam o aviso, não enviaram nenhuma resposta dentro do prazo estabelecido.

Tendo em consideração as circunstâncias acima mencionadas, sou do parecer que não será de qualquer utilidade prática manter a actual comissão administrativa e, por isso, a fim de assegurar o funcionamento normal da mesma sociedade e salvaguardar os interesses de todos os membros, dissolvo a comissão administrativa e determino o seguinte:

Portaria

No uso das faculdades que me são conferidas pelo artigo 78(1) do «Maharashtra Societies Act, 1960», conforme foi tornado extensivo ao território da União de Goa, Damão e Diu, conjugado com a alínea (b) do parágrafo (1) da norma 62.ª dos «Cooperative Societies Rules, 1962», eu, P. G. Kurse, Registador de Sociedades Cooperativas de Goa, Damão e Diu, em Panaji, dissolvo a comissão administrativa da «Shri Sateri Vividh Karyakari Sahakari Seva Society Ltd.», de Dabal, composta dos sete membros abaixo mencionados, a partir da data desta portaria.

- 1) Sr. Keshav Rajaram Tendulkar, presidente.
- 1) Sr. Augustin Almeida, vogal da comissão administrativa.
- 3) Sr. Ganapat Anant Pouskar, — idem —
- 4) Sr. Minguel Luis Fernandez, — idem —
- 5) Sr. Ghas Savale Velipi, — idem —
- 6) Sr. Guno Babuso Gaonkar, — idem —
- 7) Sr. Custuda Costa, — idem —

Ao abrigo do disposto no artigo 78(1)(b) do citado Act, em substituição da comissão administrativa acima mencionada, nomeio o Sr. R. R. Kulkarni, «Extension Officer (Cooperation-cum-village Panchayat), de Sanguém, Administrador da mesma sociedade, por período de um ano, inicialmente.

P. G. Kurse, Registador de Sociedades Cooperativas de Goa, Damão e Diu.

Panaji, 13 de Fevereiro de 1970.

Departamento de Indústrias e Energia

Portaria

DIM/243/1970

Atendendo a que o Sr. Gulabsing Gokuldas, de Goa, comunicou ao Governo da sua intenção de querer desistir dos seus direitos de concessão à mina denominada «Nos terrenos de Comunidade e particulares» sita em Cottombi e Surla do concelho de Bicholim, que lhe havia sido concedida por título de concessão n.º 61, de 17 de Outubro de 1958.

Tendo em consideração que o Sr. Gulabsing Gokuldas, cumpriu todas as formalidades exigidas pelo artigo 116.º do Decreto de 20 de Setembro de 1906.

No uso das faculdades conferidas pelo artigo 2.º de «Goa, Daman and Diu (Administration) Removal of Difficulties Order, 1962» e das demais faculdades que lhe são conferidas para o mesmo fim, o Administrador do território da União de Goa, Damão e Diu, autoriza o Sr. Gulabsing Gokuldas, a desistir dos seus direitos à referida concessão mineira e declara que todos os seus direitos, títulos e interesses na mesma área mineira, se revertam ao Estado, livres de quaisquer encargos criados pela parte.

Mais determina que a mesma concessão mineira seja declarada «Área Livre» para os efeitos da sua reconcessão, nos termos dos «Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957» e «Mineral Concession Rules 1960» 30 dias após a publicação desta portaria no *Boletim Oficial*.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

V. R. Vaze, Subsecretário do Departamento de Indústrias e Trabalho.

Panaji, 7 de Março de 1970.

Order

DIM/244/1970

Whereas Shri Gulabsing Gokuldas, from Panaji, has communicated his intention to relinquish his concession held rights of the mine named «Tallimol Galvacho Advo e terrenos adjacentes», situated at Borden of Bicholim Taluka, under title of concession No. 60, dated 17-10-1958.

And whereas the said Shri Gulabsing Gokuldas has fulfilled all the formalities required by Article 116 of Decree dated 20-9-1906.

Now, therefore, in exercise of the powers conferred by clause 2 of the Goa, Daman and Diu (Administration) Removal of Difficulties Order, 1962 and all other powers enabling him in that behalf the Administrator of Union Territory of Goa, Daman and Diu hereby permits the said Shri Gulabsing Gokuldas to relinquish the said rights towards the above mining concession and further declares that all his rights title and interest in the said mining area stand reverted to the Government free from all encumbrances created by the party.

And further directs that the said mining concession is declared as «Free Area» for its regrant in terms of Mines and Minerals (Regulation and Development) Act 1957, and Mineral Concession Rules 1960 after 30 days of the publication of the present Notification in the Government Gazette.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

V. R. Vaze, Under Secretary, Industries and Labour Department.

Panaji, 10th March, 1970.

Order

DIM/247/1970

Whereas Shri Gulabsing Gokuldas, from Panaji, has communicated his intention to relinquish his concession held rights of the mine named «Codchal e Codchalintil balli Fal», situated at Surla of Bicholim Taluka, under title of transmission dated 12-8-1957 (original title of concession No. 53, dated 15-6-1953).

And whereas the said Shri Gulabsing Gokuldas has fulfilled all the formalities required by Article 116 of Decree dated 20-9-1906.

Now, therefore, in exercise of the powers conferred by clause 2 of the Goa, Daman and Diu (Administration) Removal of Difficulties Order, 1962 and all other powers enabling him in that behalf the Administrator of Union Territory of Goa, Daman and Diu hereby permits the said Shri Gulabsing Gokuldas to relinquish the said rights towards the above mining concession and further declares that all his rights title and interest in the said mining area stand reverted to the Government free from all encumbrances created by the party.

And further directs that the said mining concession is declared as «Free Area» for its regrant in terms of Mines and Minerals (Regulation and Development) Act 1957, and Mineral Concession Rules 1960 after 30 days of the publication of the present Notification in the Government Gazette.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

V. R. Vaze, Under Secretary, Industries and Labour Department.
Panaji, 10th March, 1970.

Labour and Information Department

Notification

LID/129/70

Government of Goa, Daman and Diu is hereby pleased to constitute the State Labour Advisory Committee consisting of the following members:

1. Minister, Industries and Labour, Panaji — Chairman.
2. Shri J. J. Shinkre, Member of Parliament, Goa — Member.
3. Shri J. Rane, Member of Legislative Assembly, Goa — Member.

Portaria

DIM/244/1970

Atendendo a que o Sr. Gulabsing Gokuldas, de Panaji, comunicou ao Governo da sua intenção de querer desistir dos seus direitos de concessão à mina denominada «Tallimol Galvacho Advo e terrenos adjacentes» sita em Borden do concelho de Bicholim, que lhe havia sido concedida por título de concessão n.º 60, de 17 de Outubro de 1958.

Tendo em consideração que o Sr. Gulabsing Gokuldas, cumpriu todas as formalidades exigidas pelo artigo 116.º do Decreto de 20 de Setembro de 1906.

No uso das faculdades conferidas pelo artigo 2.º de «Goa, Daman and Diu (Administration) Removal of Difficulties Order, 1962» e das demais faculdades que lhe são conferidas para o mesmo fim, o Administrador do território da União de Goa, Damão e Diu, autoriza o Sr. Gulabsing Gokuldas, a desistir dos seus direitos à referida concessão mineira e declara que todos os seus direitos, títulos e interesses na mesma área mineira, se revertam ao Estado, livres de quaisquer encargos criados pela parte.

Mais determina que a mesma concessão mineira seja declarada «Área Livre» para os efeitos da sua reconcessão, nos termos dos «Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957» e «Mineral Concession Rules 1960» 30 dias após a publicação desta portaria no *Boletim Oficial*.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

V. R. Vaze, Subsecretário do Departamento de Indústrias e Trabalho.

Panaji, 10 de Março de 1970.

Portaria

DIM/247/1970

Atendendo a que o Sr. Gulabsing Gokuldas, de Panaji, comunicou ao Governo da sua intenção de querer desistir dos seus direitos de concessão à mina denominada «Codchal e Codchalintil balli Fal» sita em Surla do concelho de Bicholim, que lhe havia sido concedida por título de transmissão de 12 de Agosto de 1957 (título de concessão n.º 53, de 15 de Junho de 1953).

Tendo em consideração que o Sr. Gulabsing Gokuldas, cumpriu todas as formalidades exigidas pelo artigo 116.º do Decreto de 20 de Setembro de 1906.

No uso das faculdades conferidas pelo artigo 2.º de «Goa, Daman and Diu (Administration) Removal of Difficulties Order, 1962» e das demais faculdades que lhe são conferidas para o mesmo fim, o Administrador do território da União de Goa, Damão e Diu, autoriza o Sr. Gulabsing Gokuldas, a desistir dos seus direitos à referida concessão mineira e declara que todos os seus direitos, títulos e interesses na mesma área mineira, se revertam ao Estado, livres de quaisquer encargos criados pela parte.

Mais determina que a mesma concessão mineira seja declarada «Área Livre» para os efeitos da sua reconcessão, nos termos dos «Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957» e «Mineral Concession Rules 1960» 30 dias após a publicação desta portaria no *Boletim Oficial*.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

V. R. Vaze, Subsecretário do Departamento de Indústrias e Trabalho.

Panaji, 10 de Março de 1970.

Departamento de Trabalho e Informação

Despacho

LID/129/70

O Governo de Goa, Damão e Diu, determina a constituição duma comissão consultiva estadual de trabalho, composta dos seguintes membros:

1. Ministro de Indústrias e Trabalho, Panaji — Presidente.
2. Sr. J. J. Shinkre, membro do Parlamento — Vogal.
3. Sr. J. Rane, membro da Assembleia Legislativa de Goa — Vogal.

4. Secretary, Industries and Labour, Panaji — Member.
5. Development Commissioner, Panaji — Member.
6. Regional Labour Commissioner (C) Bombay, Government of India, Ministry of Labour, Employment and Rehabilitation, New Delhi — Member.
7. Labour Commissioner, Panaji — Member.
8. President, Goa Chamber of Commerce and Industries, Panaji, Goa — Member.
9. Manager, Goa Shipyard Ltd., Vasco-da-Gama, Goa — Member.
10. President, Goa Mining Association, Panaji, Goa — Member.
11. President, Goa Mineral Ore Exporters' Association, Panaji, Goa — Member.
12. President, Goa Municipal Workers' Union, Vasco da Gama, Goa — Member.
13. General Secretary, Goa Mining Labour Welfare Union, Assonora, Bardez, Goa — Member.
14. General Secretary, National Mine Workers' Union, Sanvordem-Curchorem, Goa — Member.
15. General Secretary, Transport and Dock Workers' Union, Vasco da Gama, Goa — Member.

T.A./D.A. of the non-official members serving on the Committee will be regulated under S. R. 190 and the expenditure will be debited to the Budget Head «38 Labour and Employment A. Labour».

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

V. R. Vaze, Under Secretary, Industries and Labour Department.

Panaji, 20th February, 1970.

Notification

LID/130/70

Government of Goa, Daman and Diu is hereby pleased to constitute the State Evaluation and Implementation Committee on Labour Laws consisting of the following members:

1. Minister, Industries and Labour, Panaji — Chairman.
2. Secretary, Industries and Labour, Panaji — Member.
3. Development Commissioner, Panaji — Member.
4. Regional Labour Commissioner (C) Bombay Government of India, Ministry of Labour Employment and Rehabilitation, New Delhi — Member.
5. Labour Commissioner, Panaji — Member.
6. President, Goa Chamber of Commerce and Industries, Panaji, Goa — Member.
7. President, Goa Mining Association, Panaji, Goa — Member.
8. President, Goa Mineral Ore Exporters' Association Panaji, Goa — Member.
9. Manager, Goa Shipyard Ltd., Vasco da Gama, Goa — Member.
10. President, Goa Municipal Workers' Union, Vasco da Gama, Goa — Member.
11. General Secretary, Goa Shipyard Workers' Union, Vasco da Gama Goa — Member.
12. General Secretary, Goa Dock Labour Union, Vasco da Gama — Member.
13. General Secretary, Transport and Dock Workers' Union Vasco da Gama, Goa — Member.

T.A./D.A. of the non-official members serving on the Committee will be regulated under S. R. 190 and the expenditure will be debited to the Budget Head «38 Labour and Employment A. Labour».

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

V. R. Vaze, Under Secretary, Industries and Labour Department.

Panaji, 20th February, 1970.

4. Secretário de Indústrias e Trabalho, Panaji — Vogal.
5. Comissário de Fomento, Panaji — Vogal.
6. Comissário de Trabalho Regional (c), Bombaim, Governo da Índia, Ministério de Trabalho, Emprego e Reabilitação, Nova-Delhi — Vogal.
7. Comissário de Trabalho, Panaji — Vogal.
8. Presidente da Associação Comercial e Industrial Panaji, Goa — Vogal.
9. Gerente da Goa Shipyard Ltd., Vasco da Gama, Goa — Vogal.
10. Presidente da Associação de Minas de Goa, Panaji — Vogal.
11. Presidente da Associação de Exportadores de Minério de Goa, Panaji — Vogal.
12. Presidente da Associação de Operários Municipais de Goa, Panaji — Vogal.
13. Secretário-Geral da União de Bem-Estar dos operários de Minas de Goa, Assonora, Bardes, Goa — Vogal.
14. Secretário-Geral da União Nacional dos operários de Minas, Sanvordem, Curchorem, Goa — Vogal.
15. Secretário-Geral da União dos operários de Transporte e Docas, Vasco da Gama, Goa — Vogal.

Os subsídios da deslocação e carestia dos membros não-oficiais da comissão, serão regulados conforme o S. R. 190 e o respectivo encargo será satisfeito pela verba «38 Labour and Employment A. Labour».

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Daman e Diu.

V. R. Vaze, Subsecretário do Departamento de Indústrias e Trabalho.

Panaji, 20 de Fevereiro de 1970.

Despacho

LID/130/70

O Governo de Goa, Daman e Diu determina a constituição duma comissão estadual encarregada do estudo e execução das leis de trabalho composta dos seguintes membros:

1. Ministro de Indústrias e Trabalho, Panaji — Presidente.
2. Secretário de Indústrias e Trabalho, Panaji — Vogal.
3. Comissário de Fomento, Panaji — Vogal.
4. Comissário de Trabalho Regional (c) Bombaim Governo da Índia, Ministério de Trabalho, Emprego e Reabilitação, Nova Delhi — Vogal.
5. Comissário de Trabalho, Panaji — Vogal.
6. Presidente da Associação Comercial de Goa, Panaji — Vogal.
7. Presidente da Associação de Minas de Goa, Panaji — Vogal.
8. Presidente da Associação de Exportadores de Minério de Goa, Panaji — Vogal.
9. Gerente da Goa Shipyard Ltd., Vasco da Gama, Goa — Vogal.
10. Presidente da União de Operários Municipais de Goa, Vasco da Gama, Goa — Vogal.
11. Secretário-Geral da União dos Operários de Goa Shipyard Vasco da Gama, Goa — Vogal.
12. Secretário-Geral da União dos Operários de Docas, Vasco da Gama — Vogal.
13. Secretário-Geral da União dos Operários de Transporte e Docas, Vasco da Gama, Goa — Vogal.

Os subsídios da deslocação e carestia dos membros não-oficiais da comissão, serão regulados conforme o S. R. 190 e o respectivo encargo será satisfeito pela verba «38 Labour and Employment A. Labour».

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Daman e Diu.

V. R. Vaze, Subsecretário do Departamento de Indústrias e Trabalho.

Panaji, 20 de Fevereiro de 1970.